



Maria Graça Carvalho

Eurodeputada

Orçamento e o Algarve

Enquanto Deputada pelo Grupo Europeu do Partido Social-Democrata, comprometi-me a reforçar a ligação de proximidade do Parlamento Europeu aos distritos de Beja, Évora, Faro e Portalegre.

Entre as várias comissões de que sou membro, existe uma cujas decisões se revestem de particular importância para o nosso país e, em particular, para a região do Algarve. Trata-se da Comissão sobre os Desafios Políticos e Recursos Orçamentais pós 2013. É nesta sede que se delinea o futuro orçamento da União Europeia e é aqui que Portugal pode conseguir uma situação mais favorável para as regiões de transição, como é o caso do Algarve.

Para reforçar a sua posição negocial neste processo, o país deveria melhorar substancialmente a taxa de execução do QREN, parte integrante do actual orçamento europeu 2007-2013, que se encontra hoje em escassos 27%. Com o país confrontado com medidas severas de autoridade, este programa pode constituir um instrumento chave de dinamização do crescimento do país. Mas há outros desafios quando analisamos as cláusulas deste programa. O programa carece de uma profunda revisão, pois os compromissos que encerra, designadamente a elevada parcela de cofinanciamento nacional, e os conteúdos que aborda, foram estabelecidos antes da crise internacional. Tanto o reforço da sua execução, como a adequação da sua estrutura e dos seus conteúdos à situação actual, exigem que o governo português inicie urgentemente o processo da sua revisão intercalar. Nada obsta a que o faça, pois este mecanismo de revisão está previsto no próprio programa. A renegociação deveria visar não só o cofinanciamento nacional e a estrutura dos conteúdos, mas também a diminuição da complexidade das regras de acesso ao financiamento.

Urge explorar todas as virtualidades do QREN de forma a que este programa se torne um verdadeiro motor de crescimento da economia, tanto a nível nacional quanto regional.

primeiro nível

PO Algarve 21 A taxa de execução do PO Algarve 21, num montante global de 175 milhões de euros, é de 15 por cento e 46 por cento já está comprometido com projectos aprovados, anunciou ontem a CCDR. Inserido no QREN para o período 2007-2013, o PO Algarve 21 atribui apoios provenientes de fundos comunitários para participação de projectos implementados na região, por empresas e beneficiários da administração regional e local.

Em termos globais, até ao final de Maio foram recebidas 606 candidaturas: deste total, 254 foram já aprovadas e 51 estão em análise.



Baixo Guadiana promove «Jornadas Empresariais» para criar associação

A associação ODIANA [para o desenvolvimento dos concelhos de Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António] está a liderar um processo que tem em vista a criação de uma associação empresarial do território.

Um dos primeiros passos para cumprir esse objectivo passa pela organização das «Jornadas Empresariais do Baixo Guadiana», que se realizam no próximo dia 21 de Junho, a partir das 9 horas, na Estalagem de Alcoutim.

A ODIANA, em colaboração com a Associação Alcançe, ATBG – Associação Terras do Baixo Guadiana e ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola, está a promover as «Jornadas Empresariais do Baixo Guadiana» no âmbito da estratégia de eficiência colectiva PROVERE - «Âncoras do Guadiana» e tem em vista a promoção e uma estratégia empresarial

sustentada do território do Baixo Guadiana.

De acordo com Valter Matias, director executivo da ODIANA, a ideia surgiu da parte da associação que lidera em conjunto com as restantes três associações de desenvolvimento do território.

No âmbito dos projectos transfronteiriços, a ideia inicial passou pela criação de uma Associação Ibérica Empresarial, mas as diferenças legislativas entre Portugal e Espanha impediram-no. Entretanto, já foi criada uma associação empresarial espanhola e do lado português existe o mesmo objectivo.

“As «Jornadas Empresariais» vão servir para dar um rumo à criação da associação que é de extrema importância para o território para que os empresários se unam e se tornem mais fortes”, explica Valter Matias.

A iniciativa pretende apre-



Valter Matias, defende o colectivo em

sentar às diversas empresas do território [Alcoutim, Castro Marim, Vila Real de Santo António e Mértola] informação e esclarecimentos relacionados com a criação e incentivos às empresas daquela sub-região.

Pretende-se abordar a cultura e associativismo empresarial no ambiente actual de crise, assim como discutir as necessidades do território e as metas para o tecido empresarial, enquanto dinamizador e incubador de desenvolvimento do Algarve.

Documento estratégico aponta potencialidades

Um documento estratégico elaborado no PIDETRANS – Plano Integral para o Desenvolvimento Empresarial Transfronteiriço Portugal-Espanha identifica as 10 actividades-chave para o desenvolvimento económico deste território de baixa densidade, e que do lado português envolve cinco